

CAP apela por “resposta coordenada” por parte do Governo para mitigar efeitos da seca

24 de Fevereiro, 2022

A Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) acaba de anunciar que foi enviado, esta quinta-feira, 24 de fevereiro, ao Primeiro-Ministro, António Costa, um pedido de reunião urgente para que possam ser tomadas decisões céleres e eficazes que permitam mitigar os efeitos da seca extrema que Portugal está a atravessar.

Num comunicado, a CAP informa que, juntamente com pedido de reunião, foi também endereçado um documento onde elenca um conjunto de [trinta medidas](#) que devem ser tomadas de imediato por forma a evitar que a seca severa e extrema que afeta mais de 91% do território, agrave ainda mais a situação de catástrofe que a agricultura nacional já vive.

Neste momento, não sendo possível prever a evolução meteorológica – quando chove, onde chove e em que quantidade – a CAP defende uma atuação imediata, de forma decidida e coordenada: “Os anúncios de apoio ao setor até agora apresentados pelo Governo são poucos, insuficientes e pouco adequados para fazer face à gravidade da situação que se vive”. Além disso, são “inconsequentes” por não responder às seguintes perguntas: “como se conseguem, quando chegam e qual o seu valor?”, alerta.

“A situação de seca severa e extrema que Portugal atravessa, assim como uma conjuntura internacional marcada por uma enorme incerteza e cujos efeitos nas cadeias de produção e abastecimento não é possível antecipar, mas que comportam riscos reais, devem preocupar e motivar de imediato a intervenção do Primeiro-Ministro”, lê-se no mesmo comunicado.

A CAP apela a “resposta coordenada” dos ministérios das Finanças, do Ambiente, da Coesão, do Planeamento e da Agricultura, para se “enfrentar de forma pragmática as exigências e necessidades” do atual contexto: “A situação de seca não pode esperar pela tomada de posse do novo Governo para ver as medidas propostas devidamente acionadas”, conclui.